

Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos 70, três países da Europa mediterrânea — Espanha, Grécia e Portugal — emergiram de períodos mais ou menos extensos de governo ditatorial. Os processos de «transição para a democracia» ou de «consolidação da democracia» que se verificaram nestes três países têm sido objecto de análise para um número considerável de cientistas sociais, quer naqueles países, quer noutros países europeus e na América do Norte¹. Um tanto surpreendentemente, a «dimensão subjectiva» dos processos em questão tem sido tratada, até à data, de maneira predominantemente especulativa, ou então através de sondagens de opinião, e muito pouco sob a forma de investigação sistemática².

O presente artigo³ pretende dar conta de alguns dos resultados de um projecto maior, cujo propósito é o de identificar padrões básicos da cultura política existentes em Portugal mais de uma década depois do fim do regime salazarista-caetanista⁴. A preocupação subjacente ao projecto é a de saber se, em que medida e de que forma o pensamento dos Portugueses sobre a esfera do político está em sintonia com os processos de «transição» e «consolidação» ocorridos desde o 25 de Abril de 1974. Neste contexto, as atitudes em relação ao regime democrático aparecem como um vector fundamental da cultura política.

¹ Este processo levou à publicação de um número considerável de estudos de caso e de análises comparativas. Exemplos de análises comparativas são Pridham (1984), O'Donnell e Schmitter (1986) e Wiarda (1988). Exemplos de estudos sobre Portugal, elaborados neste contexto, são Opello (1985), Bruneau e Macleod (1986) e Maxwell (1986).

² A excepção mais importante parece ser a de um projecto de investigação comparada, promovido pelo Centro de Investigaciones Sociales de Madrid. Dirigido por Julián Santamaría e Giacomo Sani, o projecto baseia-se em inquéritos por amostragem efectuados em quatro países (Grécia, Itália, Espanha e Portugal), cujos resultados globais ainda não foram publicados. Veja Stock (1988). Os estudos sobre Portugal directamente incidentes neste contexto são apresentados e analisados em Heimer (1986); Vala-Salvador (1986) e Viegas (1986) examinam outros estudos relacionados com a cultura política dos Portugueses.

³ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada, sob o título «Attitudes Towards Democracy in Contemporary Portugal», no grupo de trabalho West European Political Cultures in a Comparative Perspective, 17.º Encontro Anual do European Consortium for Political Research, Paris, 11 a 15 de Abril de 1989.

⁴ O projecto constitui uma iniciativa comum do Arnold-Bergstraesser-Institut, de Friburgo, RFA, e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, apoiada pela Volkswagen-Stiftung.

Uma vez que a abordagem teórica do projecto se encontra exposta em diferentes textos⁵, parece lícito apresentar aqui apenas a definição esquemática dos conceitos e pressupostos mais importantes.

A «cultura política» é definida como o «pensamento social» referido à esfera do político⁶—ou seja, como a «dimensão subjectiva» desta esfera. Distinguem-se três dimensões da cultura política: a cognitiva (crenças, explicações), a avaliativa/afectiva (atitudes, valores) e a conativa (esquemas de acção). A cultura política é considerada como inserida na «cultura societal», ou seja, o pensamento em relação à sociedade no seu conjunto, e como constituindo, neste contexto, um entre vários domínios com «relativa autonomia». As inserções «objectivas» na estrutura das práticas sociais são consideradas como determinando, numa medida por estabelecer, as culturas societal e política. Esta determinação é vista, no entanto, como passando por «mecanismos de mediação», nomeadamente o das posições sociais subjectivas⁷. A esfera do político e as trajectórias individuais e colectivas nesta esfera são consideradas simultaneamente como variáveis «dependentes» e «independentes» em relação à cultura política.

Importa referir que o projecto, reunindo investigadores ligados a diferentes disciplinas (sociologia, psicologia social, ciência política e antropologia social), recorre a uma diversidade de métodos mutuamente complementares. Desde 1986 foram realizados estudos aprofundados sobre quatro localidades consideradas representativas de quatro situações-tipo: Grande Lisboa (metrópole urbana), Vila Real (cidade média), Alcanena (pequena localidade com forte componente industrial), Meimão (aldeia). Em todos estes casos se utilizaram sistematicamente técnicas «qualitativas» de recolha de dados e —salvo em Alcanena e Meimão— inquéritos de âmbito local. Estudos exploratórios focaram dois grupos sociais específicos, os estudantes universitários e a «classe política»⁸. Em 1988 realizou-se um inquérito de âmbito nacional, destinado a fornecer um quadro global de referência. Uma análise integrada dos resultados destas diferentes pesquisas encontra-se em elaboração, pelo que ainda não é possível estabelecer uma configuração global dos padrões de cultura política que apenas começam a sobressair das análises parcelares efectuadas até à data. Parece, no entanto, útil submeter, desde já, alguns destes resultados à apreciação crítica, por parte da comunidade científica interessada, com o intuito não apenas de ilustrar a perspectiva analítica da investigação em curso, mas também de recolher sugestões capazes de estimular os trabalhos do projecto.

⁵ Veja Heimer e Viegas (1987) e Heimer, Vala e Viegas (1988). Uma versão revista do último texto publicar-se-á, proximamente, em *Sociologia: Problemas e Práticas*.

⁶ Sobre o conceito de *social thinking* veja Moscovici (1984).

⁷ O conceito de «inserções sociais objectivas» corresponde ao de *objective social structural locations*, formulado em Scott (1988); na linguagem deste autor, «posições sociais subjectivas» teria como o seu correlato o conceito de *subjective social locations*.

⁸ Resultados parciais destas pesquisas encontram-se apresentados em Vala-Salvador e Viegas (1987), Vala-Salvador e Viegas (no prelo), Heimer (no prelo) e Viegas e Reis (1988). No caso do estudo sobre estudantes universitários, o projecto beneficiou do apoio, que aqui se agradece, do projecto sobre «Estudantes universitários: classes sociais e representações», realizado por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado. Veja Almeida, Costa e Machado (1988) e Machado, Costa e Almeida (1989).

Neste contexto, o objectivo do presente estudo é focar uma das dimensões organizadoras dos padrões globais de cultura política, ou seja, as atitudes básicas em relação à democracia. Num primeiro tempo, as atitudes em questão são apresentadas e discutidas. Num segundo tenta-se estabelecer o modo como as mesmas atitudes são «construídas» a partir de determinadas inserções sociais «objectivas», posições sociais «subjectivas» e dimensões da cultura societal. A seguir, o significado das atitudes para com o regime democrático é ilustrado por uma análise exploratória das suas conexões com outras dimensões da cultura política. Por fim, e com o mesmo intuito exploratório, examinam-se as relações entre, por um lado, as atitudes básicas em relação ao regime democrático enquanto tal e, por outro lado, a avaliação do actual sistema democrático em Portugal e alguns aspectos do comportamento político evidenciado no quadro deste sistema.

A base imediata do estudo é constituída por dados fornecidos pelo inquérito de âmbito nacional acima referido⁹. Convém, no entanto, sublinhar que as linhas de indagação e a interpretação dos resultados da análise estatística são fortemente tributários das pesquisas realizadas anteriormente a este inquérito, ou concomitantemente com ele.

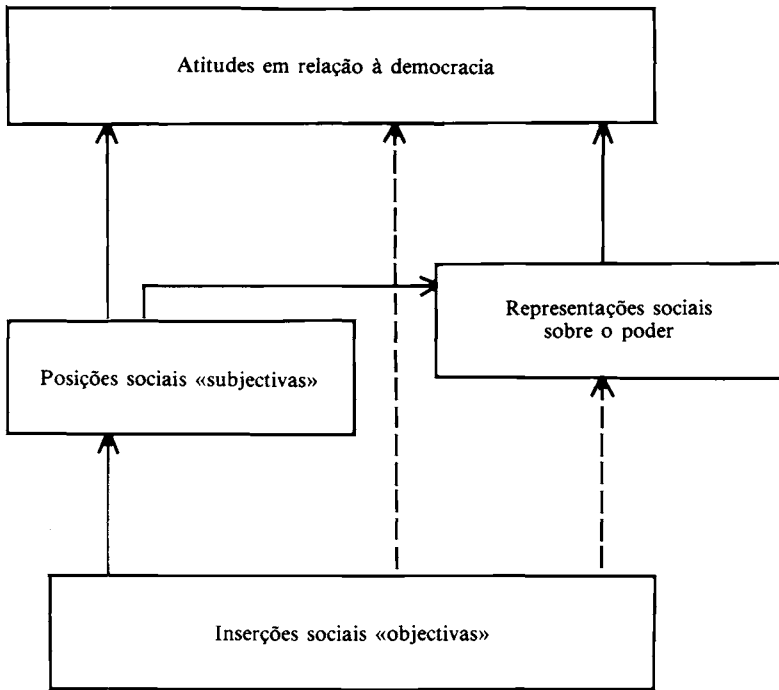


Fig. 1 — Modelo de análise.

⁹ O inquérito baseou-se numa amostra estratificada, com extracção aleatória, constituída por 2000 indivíduos e representativa da população do continente compreendida entre os 18 e os 75 anos de idade, residente em localidades de 100 ou mais habitantes.

O modelo de análise seguido é apresentado na figura 1. Derivado da abordagem global do projecto, este modelo concentra-se num número limitado de «conjuntos de variáveis». As variáveis centrais são, naturalmente, as relativas às atitudes básicas para com a democracia enquanto tal. Quanto à sua «construção», as hipóteses teóricas apontam no sentido de «percursos» complexos que vão das inserções sociais «objectivas» às posições sociais «subjectivas» e destas — tanto directamente como através da cultura societal — até à esfera da cultura política.

À margem do modelo, procede-se ao exame exploratório das interconexões entre, por um lado, as atitudes básicas em relação ao regime democrático enquanto tal e, por outro lado, algumas outras dimensões estruturantes da cultura política, algumas atitudes mais conjunturais em relação à democracia actual em Portugal e algumas dimensões do comportamento político. A discussão do sentido destas interconexões é apresentada adiante.

Convém explicitar dois pressupostos teóricos do modelo.

O primeiro é que, contrariamente à perspectiva mais simplificada que se encontra em certos estudos, as «construções simbólico-ideológicas» (crenças, atitudes etc.) não são consideradas como derivando de forma linear das inserções sociais «objectivas» (estruturais) dos indivíduos na sociedade. Não se contesta que estas inserções devam ser vistas como condicionantes fundamentais do simbólico-ideológico, mas parte-se do princípio de que o seu impacto é mais indirecto e provavelmente mais limitado do que habitualmente se presume. Atribui-se, portanto, uma autonomia significativa, que frequentemente será muito ampla, aos processos de construção simbólico-ideológica.

O segundo pressuposto postula que a distinção entre vários domínios da construção simbólico-ideológica, proposta no modelo (posições sociais «subjectivas», cultura societal, cultura política), não é apenas de utilidade analítica, mas também corresponde muito provavelmente à existência de uma dinâmica própria em cada um destes domínios.

Estes dois pressupostos, subjacentes ao modelo, obrigam ao mesmo tempo a uma procura de falsificação. Por isso, o estudo, embora siga no essencial os «percursos» assinalados na figura anterior, oferece também alguns testes de outras (ou mais complexas) inter-relações.

Em relação à abordagem teórica global em que se baseia o projecto, o modelo aqui adoptado e a sua operacionalização acusam várias limitações que importa assinalar:

As componentes de cada uma das categorias de variáveis incluídas no modelo são expostas nas diferentes partes do estudo. Parece útil sublinhar que, para os fins deste estudo, em cada categoria foi apenas seleccionado um pequeno grupo de variáveis, de modo que todos os resultados devem ser referidos aos itens específicos utilizados e (aos níveis empírico e teórico) tomados como indicações parciais das inter-relações entre as categorias em causa.

O intuito central do artigo é o de contribuir para o conhecimento das atitudes fundamentais em relação ao regime democrático e de examinar o modo como estas «ancoram» nas inserções sociais «objectivas», nas posições sociais «subjectivas» e na cultura societal. Os

restantes aspectos, a «contextualização» das atitudes perante a democracia no quadro da cultura política e as suas conexões com atitudes mais conjunturais e comportamentos, são aqui abordados com intuítos exclusivamente ilustrativos, reservando-se a sua análise sistemática a trabalhos posteriores.

Se o próprio sistema político e as suas mutações, bem como as trajectórias dos agentes sociais neste contexto, aparecem na abordagem do projecto como condicionantes da cultura política, tais aspectos, difíceis de captar pela técnica do inquérito, foram excluídos da análise aqui ensaiada.

É, portanto, neste quadro que devem ser lidos os resultados e as análises a seguir apresentados.

2. ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

Um inquérito sobre as atitudes dos Portugueses em relação à democracia tem de situar tais atitudes no seu tempo histórico exacto. Para os fins da presente exposição bastará recordar as «coordenadas» mais importantes:

Em 25 de Abril de 1974 terminou meio século moldado por um regime de ideologia conservadora e de recorte ditatorial ou, no mínimo, autoritário. A sua inclusão na categoria dos regimes fascistas tem suscitado controvérsias, mas tem fortes argumentos a seu favor. Durante um breve período de transição, de 1974 a 1976, três modelos de regimes políticos, e não apenas um, foram propostos aos Portugueses: a «democracia ocidental», mas também o regime comunista e o modelo de um «pluralismo socialista», apresentado com contornos bem menos precisos¹⁰.

A Constituição adoptada em 1976 seguiu preponderantemente o modelo da «democracia ocidental», mas incluiu um número significativo de elementos derivados de modelos socialistas. Estes últimos elementos foram, porém, progressivamente postos de lado pela prática política e pelas reformas entretanto adoptadas. Concomitantemente, os discursos políticos dominantes têm vindo a acentuar o processo de «normalização democrática».

Nestas circunstâncias, é natural que políticos e cientistas sociais tenham, durante os últimos catorze anos, manifestado o seu interesse em saber qual o grau de aceitação do modelo de «democracia ocidental» pela população portuguesa, considerando a maior ou menor aceitação como um indicador central da «consolidação da democracia». Contudo, este interesse tem globalmente sido menos intenso do que se poderia supor, decrescendo mesmo significativamente nos últimos anos, mas tem estado na origem de um certo volume de informações produzidas por inquéritos e sondagens de opinião. Na sua quase totalidade, estas informações consis-

¹⁰ Sobre o modelo do «pluralismo socialista» veja Eisfeld (1984), analisado em Heimer (1985).

tem em distribuições de frequência por itens, não tendo sido submetidas a outros tipos de tratamento estatístico. Um bom exemplo são as respostas à pergunta «clássica» do Eurobarometer sobre o «funcionamento» do regime democrático no País: em fins de 1986, 3 % dos Portugueses mostravam-se «muito satisfeitos», 56 % «satisfeitos», 23 % «insatisfeitos» e 9 % «muito insatisfeitos»¹¹. As análises elaboradas a partir deste tipo de números têm habitualmente sido bastante redutoras, limitando-se, na sua grande maioria, a concluir que os Portugueses se tornaram tão «democráticos» como os outros europeus ocidentais e que a democracia em Portugal necessita doravante apenas de condições (económicas e outras) favoráveis para que esteja garantida a sua estabilização e consolidação¹².

Os resultados da investigação de que o presente estudo dá conta não contradizem necessariamente as conclusões globais desta natureza, mas ilustram a necessidade de se proceder a análises mais diferenciadas. À sua elaboração presidiram duas preocupações de ordem metodológica:

Em primeiro lugar, tem-se presente que as respostas a um dado item não podem ser aceites pelo que *prima facie* parecem indicar, mas têm de ser analisadas em conexão com outros itens, para que se torne patente o significado subjacente às respostas. Em termos mais técnicos, e tratando-se de dados de inquérito, a conclusão é que a interpretação de distribuições de frequência simples, embora constitua um passo que por via de regra não se pode dispensar, é inteiramente insuficiente. Para superar as suas limitações é de importância absolutamente capital o recurso a técnicas de análise estatística que permitam evidenciar a inter-relação entre variáveis, fundamentando assim as tentativas de identificar a estrutura de pensamento que expressam.

Em segundo lugar, tem-se em atenção que, neste domínio, nem sempre existe uma consistência directa e manifesta entre as respostas às diferentes perguntas postas aos respondentes. Muitas vezes, as conexões bivariadas podem ser pouco expressivas ou mesmo não «fazer sentido». No entanto, o recurso a análises multivariadas ajuda a pôr a descoberto estruturas coerentes e significativas que existem a um nível de maior redução.

Com o intuito de captar as atitudes dos respondentes em relação ao regime democrático, foram seleccionados, para efeitos do presente estudo, quatro indicadores contidos no inquérito que, embora avaliativos por definição, se caracterizam por fortes conotações afectivas (e às vezes conativas) que são de natureza a reforçar a fiabilidade das respostas.

2.1 ATITUDES EXPLICITAMENTE REFERIDAS À DEMOCRACIA

A pergunta central nesta categoria solicitava aos inquiridos que se identificassem com uma das quatro seguintes posições: um apoio activo à democracia, uma aceitação da democracia sem apoio activo, uma rejeição

¹¹ Veja Barroso (1986).

¹² Veja as conclusões propostas em Bruneau e Macleod (1986).

da democracia sem oposição activa, uma oposição activa à democracia. As respostas a este *standard* item confirmam a informação disponível acerca de uma atitude globalmente positiva para com a democracia, mas introduzem uma diferenciação que exige um vigoroso destaque.

Atitudes genéricas em relação ao regime democrático

[QUADRO N.º 1]

Apoio activo	38,9 %
Aceitação passiva	51,3 %
Rejeição passiva	7,8 %
Oposição activa	1,9 %

O quadro n.º 1 indica que uma «maioria esmagadora» de 90 % se pronuncia a favor do regime democrático, numa reacção que parece satisfazer integralmente o postulado, formulado por David Easton, do *diffuse support* de que necessita cada regime político para sobreviver a termo¹³. Porém, a maioria desta maioria aceita o regime democrático, mas não está disposta a apoiá-lo activamente¹⁴. A percentagem de opositores activos/passivos ao regime democrático é reduzida e parece indicar que, nos fins dos anos 80, a resistência à «democracia ocidental» — venha ela da direita ou da esquerda — constitui no País um fenómeno residual.

Tal atitude «unidimensional», embora certamente não indiferenciada, em relação ao regime democrático pode imediatamente ser reexaminada mediante o recurso a um *control item* contido no inquérito. Este item capta as reacções dos respondentes à proposição que, em certas circunstâncias, regimes de natureza ditatorial podem ser preferíveis à democracia.

Aceitação de um regime ditatorial a título de alternativa de emergência ao regime democrático

[QUADRO N.º 2]

Totalmente de acordo	5,7 %
De acordo	28,3 %
Em desacordo	36,7 %
Totalmente em desacordo	29,3 %

Muito embora a maioria dos respondentes, rejeite, vigorosa ou atenuadamente, a ideia de aceitar um regime ditatorial como «alternativa de emergência» à democracia, esta maioria (66 %) é muito mais reduzida do que aquela que, em princípio, se pronunciou a favor da democracia. Inversamente, a aceitação condicional de um regime ditatorial está mais difundida do que a rejeição (activa ou passiva) da democracia que aparece em reacção ao *standard item*. A conclusão parece ser a de que as «convicções democráticas» de muitos inquiridos são bastante menos sólidas do que o

¹³ Veja Easton (1965).

¹⁴ 9,3 % dos inquiridos não responderam à pergunta e foram excluídos do cálculo das percentagens apresentadas no quadro. A proporção dos «valores omissos» nas variáveis adiante apresentadas é da mesma ordem. Estas proporções de recusa devem ser consideradas como baixas, mas é possível que uma certa relutância em responder a perguntas desta natureza tenha contribuído para aumentar o número das respostas «mornas», incluídas na categoria do «apoio passivo».

que parece sugerir uma leitura — mesmo cautelosa — das respostas àquele item. A comparação das duas distribuições de frequência parece apontar no sentido de a proporção dos «democratas incondicionais» constituir menos de um terço dos respondentes.

Com base na tabela de contingência das versões dicotomizadas de ambas as variáveis, podem distinguir-se quatro combinações de posições¹⁵.

Combinações das respostas ao *standard item* e ao *control item*

[QUADRO N.º 3]

A favor da democracia/contra a ditadura de emergência	61,4 %
A favor da democracia/a favor da ditadura de emergência	28,9 %
Contra a democracia/a favor da ditadura de emergência	4,4 %
Contra a democracia/contra a ditadura de emergência	5,39 %

O primeiro grupo parece ser o das pessoas com «convicções democráticas» sólidas, o segundo o das pessoas com «convicções democráticas» fracas, enquanto o terceiro será o dos «antidemocratas» decididos. O quarto grupo parece de difícil caracterização e possivelmente compreende uma diversidade de reacções, algumas das quais podem ser inconsistentes.

Estes resultados sugerem, de imediato, um forte condicionamento, no pensamento dos Portugueses «pós-25 de Abril» (ou «pós-25 de Novembro»), das atitudes para com o regime democrático por atitudes em relação a outros tipos de regimes políticos. A confirmar-se, tal condicionamento evocaria situações semelhantes às existentes noutros países europeus, em conjunturas históricas comparáveis — p. ex., na Alemanha durante as décadas imediatamente a seguir à segunda guerra mundial. Afigura-se, pois, fundamental estabelecer qual a força e direcionalidade de condicionamentos desta natureza.

2.2 ATITUDES EM RELAÇÃO A OUTROS REGIMES

Para este efeito, é preciso ter em conta duas variáveis que exprimem reacções explícitas em relação aos dois outros tipos de regime, para além da democracia ocidental, que (ao menos subjectivamente) constituem referências precisas no Portugal contemporâneo, ou seja, o regime corporativista-autoritário e o regime comunista¹⁶. As frequências de ambas as variáveis encontram-se registadas no quadro n.º 4.

Quer relativamente ao regime corporativista-autoritário, quer relativamente ao regime comunista, as atitudes favoráveis são partilhadas por uma minoria bastante reduzida e não muito militante, dado que, muito preponderantemente, expressa apenas uma aceitação passiva. As percentagens dos «opositores activos» são, em ambos os casos, mais altas do que a dos apoiantes activos» do regime democrático e a dos «democratas incondicionais», registadas nos quadros n.ºs 1 e 2, respectivamente. Em contrapar-

¹⁵ A dicotomização consistiu em agrupar, para cada uma das duas variáveis, as duas respostas positivas e as duas negativas. A correspondente tabela de contingência tem um CC = 0,08, com P = 0,0014.

¹⁶ No inquérito, as perguntas foram: «Da maneira como pensa hoje, o que faria se viesse a instalar-se em Portugal, novamente, um regime do tipo do de Salazar ou de Franco?» «Que faria se viesse a ser instalado em Portugal um regime comunista?»

Atitudes em relação aos regimes corporativista-autoritário e comunista

[QUADRO N.º 4]

Atitude	Corporativista-autoritário	Comunista
Apoio activo	2,6 %	2,8 %
Aceitação passiva	14,7 %	11,1 %
Rejeição passiva	37,8 %	37,1 %
Oposição activa	44,8 %	49,0 %

tida, é de ressaltar que mais de um terço dos respondentes não faria nada contra um regime corporativista-autoritário ou comunista, embora seja contra um ou outro.

Verificada a existência de uma conexão global estatisticamente muito significativa entre ambas as atitudes (Kendall's Tau B = 0,22, P = 0,0000), construiu-se uma tabela de contingência de versões dicotomizadas das duas variáveis cujos resultados centrais são resumidos no quadro n.º 5. Estes resultados permitem distinguir três combinações de respostas que são plausíveis e ajudam a explicar as atitudes para com a democracia¹⁷.

Combinações das atitudes em relação aos regimes corporativista-autoritário e comunista

[QUADRO N.º 5]

Contra ambos	72,2 %
A favor do corporativismo autoritário/contra o comunismo	13,8 %
A favor do comunismo/contra o corporativismo-autoritário	10,2 %
A favor de ambos	3,8 %

Do mesmo modo que no quadro n.º 3, o primeiro grupo pode ser considerado como composto por pessoas com «convicções democráticas» bastante sólidas, constituindo o seu grande peso numérico a explicação óbvia para a direccionalidade da associação global acima referida. A existência de minorias pró-corporativistas (ou pró-fascistas) e pró-comunistas não surpreende e a sua importância limitada sublinha a tendência pró-democrática de uma clara maioria dos Portugueses de hoje. Ao mesmo tempo, a frequência cumulativa das duas categorias, de 24 %, torna evidente que parte dos inquiridos que, em resposta ao *standard item*, declararam apoiar ou, mais provavelmente, aceitar o regime democrático prefeririam no fundo outro regime. O quarto e último grupo, muito residual, afigura-se composto por respondentes «inconsistentes» ou abrangendo posições cujo significado não é captado por análises de índole geral¹⁸.

¹⁷ A tabela tem um CC = 0,10, com P = 0,0001.

¹⁸ O mesmo tipo básico de configuração aparece na conexão entre cada uma das duas atitudes relativas a regimes não democráticos e as duas atitudes em relação à democracia: as atitudes (explicitamente) referidas ao regime democrático acusam reduzidas conexões globais com as atitudes em relação aos dois outros regimes, mas as combinações das versões dicotomizadas revelam geralmente tendências que «fazem sentido» e cujo denominador comum é sempre a existência de uma maioria de «democratas convictos», de duas minorias antagónicas e de um grupo residual de respondentes presumivelmente inconsistentes. Em conformidade com as expectativas, a correlação mais expressiva é a verificada entre o *control item* e a atitude em relação ao regime autoritário-corporativista, mas mesmo esta correlação é bastante limitada (Kendall's Tau B = 0,29, r = 0,32).

2.3 ATITUDES BÁSICAS EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

O conjunto dos resultados até aqui apresentados impõe a conclusão de que há uma maioria dos respondentes, de difícil quantificação, que pode ser considerada como composta por apoiantes decididos do regime democrático, mas que existe uma forte minoria de «democratas condicionais», bem como segmentos significativos de não democratas.

Os resultados sugerem ainda que as atitudes básicas dos Portugueses de hoje em relação à democracia devem ser entendidas como sendo referidas, de forma constitutiva (embora não necessariamente explícita), às suas atitudes em relação aos dois outros regimes que conhecem (ou em relação aos quais possuem crenças articuladas). Com base nesta hipótese, as quatro variáveis até aqui apresentadas foram submetidas a uma análise factorial por componentes principais¹⁹. A configuração resultante desta análise, apresentada no quadro n.º 6, é constituída por dois vectores precisos e plausíveis que evidenciam uma estrutura fundamental de atitudes para com o regime democrático prevaemente no Portugal contemporâneo: o primeiro vector reflecte uma polarização de atitudes favoráveis à democracia *versus* atitudes favoráveis a regimes corporativistas-autoritários (fascistas) e o segundo uma polarização de atitudes favoráveis à democracia *versus* atitudes favoráveis a regimes comunistas.

Análise factorial das atitudes em relação aos regimes políticos

[QUADRO N.º 6]

	Factor 1	Factor 2
Atitudes em relação à ditadura enquanto alternativa de emergência à democracia	0,85	-0,07
Atitudes em relação ao regime corporativista-autoritário	0,73	0,21
Atitudes em relação ao regime comunista	-0,10	0,87
Atitudes em relação ao regime democrático	-0,25	-0,57
Variância explicada	36%	26%

Este resultado constitui simultaneamente uma confirmação e uma especificação das hipóteses subjacentes.

Com efeito, todo o pensamento dos Portugueses de hoje em relação à «democracia ocidental» emerge como estreitamente ligado ao seu pensamento em relação aos dois outros regimes, mas de uma maneira altamente particular: as referências a estes dois regimes aparecem neste contexto praticamente sem relação entre elas, de modo que há duas correntes (dimensões) nitidamente distintas de pensamento, uma opondo a democracia (implícita ou explicitamente) ao género de regime corporativista-autoritário vivido por duas gerações de portugueses e a outra opondo a democracia à imagem (geralmente negativa) que se possui dos (tradicionalis) regimes comunistas da Europa do Leste.

Para tornar o significado desta estrutura de pensamento mais claro, parece útil apontar para duas configurações que poderiam ter sido espera-

¹⁹ As análises estatísticas para o presente estudo foram efectuadas por meio do programa SPSS/PC+. No caso das análises factoriais por componentes principais recorre-se a uma rotação VARIMAX. Os autores estão conscientes das restrições existentes no caso de análises factoriais que abrangem um número limitado de variáveis; veja Harman (1970).

das, mas que não resultaram da análise. Em primeiro lugar, é importante notar que as duas variáveis explicitamente referidas ao regime democrático — o *standard item* e o *control item* — não constituem, combinadas, um factor de «democraticidade», distinto de um segundo que reflectisse, de forma polarizada ou não, as atitudes em relação aos dois outros regimes. Em segundo lugar, tão-pouco existe um factor único onde as opções a favor da democracia apareceriam opostas às opções a favor de outros regimes. No primeiro caso haveria uma atitude fundamental em relação ao regime democrático, que seria independente da referente aos dois outros regimes; no segundo, uma atitude fundamental em relação ao regime democrático seria simultânea e negativamente referida a ambas as atitudes em relação a outros regimes políticos.

A estrutura bidimensional posta em relevo pelo quadro n.º 6 significa, em termos algo redutores, que todos os portugueses actuais pensam a democracia como contraposta, por um lado, ao regime corporativista-autoritário e, por outro, ao regime comunista. Existe, contudo, uma diferença absolutamente fundamental entre aqueles que se situam predominantemente numa ou noutra perspectiva: os respondentes com valores altos no primeiro factor podem ser considerados «democratas antifascistas» e os com valores altos no segundo factor «democratas anticomunistas».

Mais adiante veremos que a estas duas atitudes básicas em relação ao regime democrático correspondem, de maneira muito significativa, outras dimensões do pensamento social e político, bem como tipos de comportamento político.

3. A CONSTRUÇÃO DAS ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

Identificadas as atitudes básicas em relação à democracia no contexto nacional, o passo seguinte do percurso decorrente do modelo adoptado (figura 1) consistirá numa tentativa de captar alguns dos factores ou determinantes que subjazem àquelas atitudes.

Assim, num primeiro tempo apresentar-se-ão os três grupos de variáveis que, no modelo, figuram a montante das atitudes em relação ao regime democrático. Num segundo tempo proceder-se-á então à análise dos desenvolvimentos dos pressupostos iniciais²⁰.

De acordo com o modelo proposto, os determinantes das atitudes em relação à democracia foram categorizados em três grupos de variáveis: variáveis relativas às inserções na estrutura social «objectiva»; variáveis relativas a posições sociais «subjectivas», e variáveis relativas à cultura societal. Nenhum destes três grupos de variáveis se pretende exaustivo, representando tão-só formas parcelares de apreender dimensões da estrutura social, cuja relevância pareceu maior para a compreensão das atitudes perante a democracia.

O campo das estruturas socioeconómicas e socioculturais abrange aquilo que se pode designar por estrutura social «objectiva». Neste estudo foram

²⁰ Como se observará, o exame destas hipóteses envolveu um processo de análise de dados muito complexo, do qual apenas se apresentam os resultados mais salientes na medida em que uma maior especificação prejudicaria o objectivo central deste texto. Em futuras publicações proceder-se-á a uma apresentação mais detalhada desta análise de dados.

seleccionadas três categorias de indicadores referentes às inserções na estrutura social objectiva. Como indicadores de caracterização sociodemográfica foram escolhidos a idade, o sexo e a inserção no meio rural-urbano. Para a caracterização das posições ocupadas nas estruturas socioculturais foram utilizados quatro indicadores: o nível de instrução do próprio e do pai, o grau de exposição aos *mass media* e o grau de integração na igreja católica. O indicador utilizado para a caracterização no campo das estruturas socioeconómicas foi a classe social.

O estatuto teórico das variáveis apresentadas é obviamente diferente. A idade, o sexo e a inserção no meio rural-urbano pretendem captar, ainda que de um modo difuso e parcelar, as diferentes inserções no campo das relações familiares, profissionais e comunitárias. Os quatro indicadores socioculturais pretendem medir o grau de integração dos indivíduos nas estruturas dominantes de produção simbólica, em que foram consideradas as seguintes três instituições fundamentais: a escola, a igreja católica e os *mass media*. A variável classe, que é tributária do paradigma marxista e tem um estatuto teórico mais global e analítico, foi operacionalizada através dos principais indicadores socioeconómicos que relevam desse paradigma²¹. Ela designa a localização dos agentes no campo das relações de dominação/subordinação geradas no processo de valorização do capital.

O segundo grupo de variáveis que interessa caracterizar diz respeito às posições sociais subjectivas. Dentre as variáveis que incluímos nesta categoria e que, como referimos, se reportam a dimensões relativas à forma como os indivíduos se posicionam subjectivamente numa estrutura social cujo sentido eles próprios colectivamente criam, destacam-se as identidades sociais. Definem-se as identidades sociais como pertenças subjectivas e emocionalmente relevantes a categorias sociais²², elas próprias construções ideológico-simbólicas que apenas em parte correspondem a clivagens na estrutura social «objectiva».

Com vista à reconstrução das dimensões da identidade social, recorreu-se à análise factorial em componentes principais. Com base nesta técnica de análise de dados, identificaram-se um certo número de dimensões da identidade social, dentre as quais se seleccionaram as mais relevantes para os objectivos deste estudo²³:

Identidade relativa à pertença subjectiva aos grupos com *empenhamento social* (identificação com os grupos dos que têm preocupações sociais, apoiam os sindicatos e são de esquerda).

²¹ As análises das classes sociais nas sociedades contemporâneas, embora tributárias da concepção marxiana, têm, obviamente, de introduzir desenvolvimentos específicos. No caso do projecto em que se enquadra o presente estudo, as referências mais importantes na operacionalização das classes sociais foram Nicos Poulantzas (1974), Anthony Giddens (1975) e Eric Olin Wright (1985). Com este enquadramento teórico fez-se uma caracterização de classe e fracção de classe do grupo doméstico de pertença dos indivíduos, tendo em consideração as diversas formas e estruturas de capital: económico, social e cultural. Obtiveram-se os seguintes segmentos de classe: burguesia empresarial e proprietária, dirigente e profissional, pequena burguesia proprietária, campesinato, pequena burguesia dirigente e profissional, pequena burguesia executante, operariado industrial e operariado rural e das pescas.

²² Para uma discussão do conceito de identidade social veja Tajfel (1982).

²³ O questionário incluía uma lista de 35 categorias sociais, solicitando-se aos inquiridos a identificação com cada uma delas (1 — não pertença a este grupo; 4 — pertença e isso é muito

Identidade de *socialmente desfavorecido* (identificação com os grupos dos que são pobres e não estudaram, por oposição aos remediados e que estudaram).

Identidade de *exclusão do poder* (identificação com o grupo dos que não têm poder por oposição aos que têm poder).

Identidade *religiosa* (identificação com o grupo dos religiosos, por oposição aos não religiosos).

Identidade *operária* (identificação com os grupos dos assalariados e dos explorados por oposição aos que são patrões ou trabalham por conta própria).

Para além destas dimensões da identidade social, consideraram-se ainda outras variáveis relativas às posições subjectivas:

Privação individual: esta variável procura dar conta do grau de privação individual, sendo este medido como o resultado da *ratio* ganhos (o que a sociedade me dá)/investimentos (o que dou à sociedade).

Privação relativa intergrupual: esta variável refere-se apenas aos assalariados e procura apreender o grau de privação percebida no grupo próprio (os assalariados) por comparação com outros grupos (os patrões e a classe dirigente)²⁴.

Como se pode observar, as dimensões da identidade social aqui operacionalizadas cobrem os diferentes domínios da vida social e da estrutura social abrangidos pelas inserções «objectivas», nomeadamente os campos socioeconómico e sociocultural. Procurar, contudo, um isomorfismo entre as dimensões da estrutura social e as dimensões da identidade social será incorrecto, na medida em que estas últimas são construídas a partir de representações sobre a própria estrutura social.

Resta apresentar as variáveis relativas à cultura societal.

A cultura societal foi definida como uma organização de crenças e explicações, valores e atitudes e ainda esquemas de acção referidos à sociedade como um todo. De um ponto de vista analítico, é possível identificar na cultura societal padrões de orientação referidos a campos particulares da existência e da actividade humanas. Um desses campos respeita às *representações sobre o poder*²⁵. Foi este o campo particular da cultura societal estudado, por ser aquele que mais próximo se encontra do campo político e que, portanto, melhor permitirá captar as relações entre a cultura societal e a cultura política, esta aliás entendida, a um nível de grande articulação analítica, como um campo daquela²⁶.

importante para mim). A matriz de intercorrelações entre as categorias foi sujeita a várias análises factoriais em componentes principais, considerando-se cada factor da solução final adoptada como correspondendo a uma dimensão da identidade social. As identidades referidas foram assim construídas por via indutiva.

²⁴ Esta forma de entender a privação relativa tem por base a reformulação de Runciman (1966) e segue a definição e operacionalização propostas em Vala, Monteiro e Lima (1987).

²⁵ Para uma discussão detalhada desta questão veja Vala (1989).

²⁶ Se alguns dos estudos clássicos sobre padrões de cultura, como, por exemplo, os trabalhos de Kluckhohn (1965) ou de Parsons e Shils (1951), não consideram as representações sobre o poder como uma das dimensões da cultura, outros autores [Inkeles Levinson (1969), McClell-

Com o fim de identificar o nível da cultura societal estruturado por representações sobre o poder, estabeleceu-se um conjunto de dimensões teóricas às quais se fez corresponder uma bateria de indicadores. São as seguintes as dimensões operacionalizadas: crenças sobre o modo como se constitui o poder na sociedade, crenças sobre a saliência das desigualdades sociais em relação ao poder, crenças e esquemas de acção relativos ao controlo dos indivíduos sobre o poder e atitudes perante o exercício do poder. Sucessivas análises bivariadas e análises factoriais em componentes principais permitiram chegar a uma solução factorial em quatro factores, explicando uma parte aceitável da variância total (47 %). Estes quatro factores foram considerados como correspondendo a quatro representações sobre o poder, que passamos a descrever²⁷:

Individualismo meritocrático: representação onde se encontram associadas a ideia de que a ordem social se constitui na base dos valores meritocráticos e a crença de que os indivíduos dispõem da possibilidade de influenciar as instituições sociais através da acção individual.

Igualitarismo: representação a que corresponde o reconhecimento da existência de grande distância por parte dos indivíduos em relação ao poder e o reconhecimento de grandes desigualdades sociais, crenças estas que são acompanhadas pela necessidade de corrigir essas desigualdades, de uma atitude positiva em relação ao exercício democrático do poder e de confiança no funcionamento das instituições.

Fatalismo: representação em que a percepção da impossibilidade de qualquer tipo de controlo por parte dos indivíduos sobre a ordem social está associada à crença de que esta se confunde com uma ordem natural imutável e de que o poder decorre de desígnios sobrenaturais; a metáfora do organicismo é, neste tipo de representação, aquela que melhor corresponde ao funcionamento desejável da sociedade.

Conflitualidade social e colectivismo: representação estruturada a partir da crença segundo a qual o poder na sociedade se constitui com base em relações de dominação e ancorada na crença na capacidade de controlo dos indivíduos sobre a ordem social através do protesto e da acção colectiva.

Uma vez definidas as três categorias de variáveis, importa agora verificar qual o seu impacte em termos da compreensão do enraizamento social das atitudes em relação à democracia: a atitude de orientação antifascista e a atitude de orientação anticomunista.

Nos quadros n.ºs 7, 8 e 9 apresentam-se os resultados das regressões múltiplas efectuadas, tomando como variáveis independentes cada um dos três grupos de variáveis que se apresentaram e como variáveis dependentes os *scores* factoriais relativos aos dois factores que configuram os tipos de atitudes em relação à democracia.

land (1975) e Hofstede (1984)] incluem essas representações entre o limitado número de variáveis-padrão a partir das quais procuram apreender as culturas societais. Note-se que falamos aqui do poder enquanto capacidade de um indivíduo ou grupo para influenciar ou orientar o comportamento de outros indivíduos ou grupos.

²⁷ Trata-se assim de representações e conceitos construídos por via indutiva.

Examinem-se em primeiro lugar os resultados relativos à atitude antifascista. Este tipo de atitude é igualmente explicado pelas posições subjectivas ($R^2 = 17\%$) e pela dimensão da cultura societal considerada ($R^2 = 17\%$). De acordo com as hipóteses iniciais, as inserções na «estrutura social objectiva» contribuem directamente, de forma muito reduzida para a explicação deste primeiro tipo de atitudes ($R^2 = 5\%$). Complementarmente, procedeu-se a um outro tipo de análise de regressão múltipla tomando como «conjuntos» (*sets*) os três grupos de variáveis. Neste caso atingem-se os 26% de variância explicada, cabendo a variância específica mais elevada às representações sobre o poder ($R^2 = 7\%$). A variância específica relativa às posições subjectivas é apenas de 1% e a relativa às inserções objectivas não chega a atingir esse valor. Pode assim supor-se uma elevada interacção entre os três grupos de variáveis. No conjunto, estes resultados apoiam-se, ainda que indirectamente, no percurso apresentado na figura 1²⁸.

Será então útil agora assinalar quais as variáveis que constituem os melhores preditores deste primeiro tipo de apoio à democracia.

A partir dos valores beta apresentados nos quadros n.ºs 7, 8 e 9 verifica-se que o apoio antifascista à democracia:

Cresce com a adesão ao igualitarismo e ao colectivismo e decresce com a adesão ao individualismo meritocrático e ao fatalismo;

É mais partilhado pelos que se identificam com o grupo dos que têm empenhamento social, com o grupo dos não religiosos, com os socialmente desfavorecidos e com os que não têm poder; é ainda mais partilhado pelos que manifestam maior privação e se autopoicionam nos estratos sociais mais baixos;

É mais saliente entre os indivíduos com baixa integração nas estruturas da religião católica, com elevada integração nos circuitos de consumo dos *mass media* e pertencentes ao operariado industrial e ao operariado rural e das pescas.

Examinando agora os resultados das análises de regressão múltipla relativos à atitude de apoio anticomunista à democracia, verifica-se que é bastante baixa a variância explicada pelas representações sobre o poder ($R^2 = 3\%$) e pelas inserções objectivas ($R^2 = 7\%$). As variáveis relativas às posições subjectivas explicam 10% da variância.

Procedendo a uma análise de regressão múltipla tomando como «conjuntos» os três grupos de variáveis, chegamos a 16% da variância explicada,

²⁸ Note-se, contudo, que, de acordo com o modelo, será necessário a) analisar as relações entre as variáveis relativas às inserções na estrutura social objectiva e as posições sociais subjectivas, b) analisar as relações entre os dois grupos de variáveis precedentes e as representações sobre o poder. Estes dois passos precedem assim o estudo das relações entre os três conjuntos de variáveis e as atitudes em relação à democracia. Por razões de economia de apresentação, não é possível uma referência detalhada àquela análise, pelo que nos limitamos a referir as conclusões mais salientes. Verificou-se que as posições subjectivas, embora conservando uma larga autonomia, são genericamente explicadas num grau aceitável pelas inserções objectivas, sendo os melhores preditores a integração na religião católica e o nível de instrução. Quanto às representações sobre o poder, verificou-se que, de forma global, as posições subjectivas contribuem mais para a sua explicação do que as inserções objectivas. Para um maior detalhe destas análises veja Heimer, Vala e Viegas (1989).

cabendo 7 % às variáveis relativas às posições subjectivas, 2 % às inserções objectivas e 1% à cultura societal. Neste caso sobressai de novo o peso das posições subjectivas.

Apesar de ser reduzida a variância explicada por estes três grupos de variáveis, importa destacar, de novo com base nos coeficientes beta, que o apoio anticomunista à democracia:

- É mais provável entre os que manifestam maior adesão ao individualismo meritocrático e rejeitam o colectivismo;
- É mais saliente entre os que rejeitam identificar-se com os que têm empenhamento social, com o grupo dos que se sentem socialmente desfavorecidos, com o grupo dos que partilham a identidade operária e entre aqueles que não apresentam privação relativa intergrupar;
- É mais partilhado pelos indivíduos inseridos no meio rural e nas estruturas da igreja católica, com mais habilitações e pertencentes à burguesia, à pequena burguesia dirigente e à pequena burguesia técnica de enquadramento e ainda ao campesinato.

Os resultados apresentados mostram que estes dois tipos de atitudes em relação à democracia se encontram difundidos em campos sociais fortemente opostos. Estaríamos assim em presença de atitudes antagónicas, ou mesmo conflituais, não só em termos de conteúdo, como também relativamente aos espaços sociais de emergência. Contudo, o facto de a variância explicada no caso da atitude de apoio anticomunista ser reduzida pode sugerir que se trata de um tipo de atitude onde confluem diferentes significados ou que se encontra em reestruturação. Da mesma forma, pode pensar-se que a atitude antifascista conterà elementos conjunturais e se poderá esbater com o tempo. Se assim for, haverá que olhar atentamente para este campo por forma a

Inserções na estrutura social e atitudes em relação à democracia

Análise de regressão múltipla

[QUADRO N.º 7]

	Apoio anticomunista à democracia	Apoio antifascista à democracia
<i>Caracterização sociodemográfica:</i>		
Idade.....	- n. s. (b)	n. s.
Sexo(a).....	n. s.	n. s.
Inserção no meio rural-urbano.....	-0,08	n. s.
<i>Inserção nas estruturas socioculturais:</i>		
Instrução do inquirido.....	0,15	n. s.
Instrução do pai.....	n. s.	n. s.
Grau de integração na igreja católica.....	0,20	-0,06
Grau de integração nos <i>mass media</i>	n. s.	0,16
<i>Inserção nas estruturas socioeconómicas:</i>		
Classe social(a).....	0,09	0,06
R ²	0,07	0,03

(a) Variáveis *dummy*.

(b) Coeficientes beta, significativos a $p < 0,01$.

Posições sociais subjectivas a atitudes em relação à democracia

Análise de regressão múltipla

[QUADRO N.º 8]

	Apoio anticomunista à democracia	Apoio antifascista à democracia
Identidade de empenhamento social	-0,19(a)	0,33
Identidade de socialmente desfavorecido	-0,15	0,14
Identidade de exclusão do poder	n. s.	0,09
Identidade religiosa	n. s.	-0,08
Identidade operária	-0,11	n. s.
Estrato social subjectivo	n. s.	-0,16
Privação individual	n. s.	0,09
Privação relativa intergrupala	-0,10	n. s.
R ²	0,10	0,17

(a) Coeficientes beta, significativos a $p < 0,01$.

Representações sobre o poder e atitudes em relação à democracia

Análise de regressão múltipla

[QUADRO N.º 9]

	Apoio anticomunista à democracia	Apoio antifascista à democracia
Individualismo meritocrático	0,15 (a)	-0,08
Igualitarismo	n. s.	0,32
Fatalismo	n. s.	-0,23
Conflitualidade social e colectivismo	-0,08	0,07
R ²	0,03	0,17

(a) Coeficientes beta, significativos a $p < 0,01$.

detectar as orientações de eventuais novos padrões de atitudes em relação à democracia.

Refira-se, em segundo lugar, que, no conjunto, os resultados apresentados suportam o modelo de partida e evidenciam o carácter heurístico dos pressupostos iniciais. Não cabe aqui discutir os resultados apresentados no que revelam de apoio às novas orientações emergentes no estudo das culturas políticas²⁹, mas não se pode deixar de realçar quanto se ganha na inteligibilidade da construção do pensamento acerca de objectos políticos quando se questiona a ideia de que os indivíduos se encontram como que subjogados pelas suas inserções na estrutura social «objectiva», a partir das quais segregariam, qual «máquina de reacções», crenças, opiniões e atitudes.

²⁹ Se o conceito de cultura política cunhado por Almond e Verba (1963) se insere na tradição da antropologia psicocultural americana (descendente de Margaret Mead e Ruth Benedict), as perspectivas emergentes no estudo da cultura política inserem as suas abordagens no campo das análises sobre o «funcionamento do pensamento social» e sobre a «dinâmica das estruturas simbólico-ideológicas».

Entender as formas através das quais os indivíduos constroem doutrinas ou teorias acerca dos objectos políticos supõe uma atenção renovada não só ao campo das estruturas das práticas sociais, como também às criações colectivas dos actores sociais a que chamámos identidades, e que são uma das manifestações da procura de pertenças e diferenciações sociais cognitiva e emocionalmente relevantes.

4. RELAÇÕES DAS ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA COM OUTRAS DIMENSÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO

As duas atitudes fundamentais para com o regime democrático enquanto tal, atrás identificadas, evidenciam um posicionamento em relação a este regime que é fortemente vinculado ao relativo a outros regimes políticos. Não revelam, porém, qual o significado substantivo que o conceito de democracia tem para os respondentes, ou seja, quais as crenças e valores que subjazem a esse entendimento.

Uma maneira óbvia de estabelecer esse significado — o entendimento dos agentes sociais sobre a democracia — consistiria em interrogar as pessoas sobre os valores políticos que consideram associados a esse regime. Razões que se prendem com o instrumento de inquérito utilizado inviabilizaram este tipo de análise.

Nestas circunstâncias, seguiram-se várias alternativas para situar — embora de forma mais indirecta e aproximativa — as duas atitudes fundamentais para com o regime democrático no contexto do restante pensamento dos inquiridos sobre a esfera do político. Por um lado, analisaram-se as relações de ambas as atitudes para com a democracia, com a importância atribuída pelos respondentes a determinados valores políticos que podem ser considerados como estruturantes do conceito de democracia; por outro lado, estabeleceram-se as conexões entre estas duas atitudes e a atitude em relação ao âmbito de intervenção do Estado.

4.1 ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA E VALORES POLÍTICOS

A selecção dos valores políticos para o efeito desta análise norteou-se pelo critério do campo semântico «nuclear» do conceito de democracia, tal como é entendido, quer nas ciências sociais, quer no discurso político mais corrente. Este «núcleo» inclui um poder directa ou indirectamente derivado dos indivíduos que constituem uma comunidade, bem como os valores de liberdade, de tolerância e de respeito pelas diferenças entre os cidadãos. Inclui, ainda, o conceito de igualdade, que poderá não estar restringido ao campo político, mas estender-se às condições económicas e sociais nas quais os indivíduos estão inseridos. Foi com base nestes critérios que se operacionalizou o seguinte conjunto de valores: legitimação do poder político por via processual democrática, legitimação do poder por via carismático-tradicional, liberdade de expressão e opinião, equilíbrio e moderação na actuação do Estado, participação política.

O valor da participação política pode ser considerado como estreitamente associado ao da legitimação democrática do poder político, e ambos como opondo-se à legitimação do poder por via carismático-tradicional. O valor de liberdade de expressão e opinião e o de equilíbrio e moderação no exercí-

cio do poder de Estado definem uma dimensão antiautoritária do conceito de democracia.

Para cada um dos valores acima listados foi constituído um indicador agregado, sempre a partir de um conjunto mutuamente complementar de itens. O quadro n.º 7 apresenta, sob a forma de correlação bivariada, a associação dos diferentes valores com ambas as atitudes para com a democracia.

Correlações bivariadas de valores políticos com as atitudes básicas para com a democracia

[QUADRO N.º 10]

	Apoio «antifascista» à democracia	Apoio «anticomunista» à democracia
Legitimação do poder político por via processual-democrática	0,24(b)	0,16(b)
Legitimação do poder político por via carismático-tradicional	-0,14(b)	0,18(b)
Liberdade de expressão e opinião	0,33(b)	0,19(b)
Participação política	0,33	0,08(a)
Equilíbrio e moderação do Estado	0,29(b)	0,16(b)

(a) = P < 0,01.
(b) = P < 0,001.

Estes resultados dão algumas indicações importantes para uma compreensão das atitudes políticas perante a democracia.

O «apoio antifascista» à democracia está associado a uma clara preferência pela legitimação processual-democrática do poder político e à rejeição da legitimação do poder por via carismático-tradicional; associa-se também a uma atitude favorável à participação política. Está ainda associado positivamente com ambos os indicadores da dimensão antiautoritária do conceito de democracia.

O «apoio anticomunista» à democracia não implica a rejeição de qualquer dos valores políticos associados àquele regime. No entanto, revela um grau de adesão nitidamente inferior àquele que verificámos no caso do «apoio antifascista» à democracia; a diferença maior diz respeito ao valor da participação política. Além disto, é de destacar que os apoiantes «anticomunistas» da democracia não rejeitam, e até aceitam, a legitimação tradicional e carismática do poder político.

Estes resultados justificam a hipótese de que as duas atitudes em relação à democracia estão inseridas em estruturas diferentes do pensamento político, embora se admita que o «apoio anticomunista» à democracia se reporte a estruturas de pensamento político mais heterogêneas que explicariam os valores de associação menos pronunciados.

4.2 ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA E INTERVENÇÃO DO ESTADO

A outra dimensão do pensamento político aqui considerada, passível de dar sentido às duas atitudes básicas em relação à democracia, foi a do âmbito desejado para a intervenção do Estado na vida económica, social e cultural. A importância desta dimensão da cultura política para o problema em causa deriva da relação estreita que essa intervenção do Estado tem, quer com o valor de igualdade social, quer com o de liberdade. De facto, enquanto o liberalismo clássico, baseando-se em valores de liberdade individual, se pronunciava a favor de uma forte não intervenção do Estado, a esquerda jaco-

bina e, posteriormente, marxista apela para essa intervenção directa com base em valores de igualdade. Em anos mais recentes, as políticas intervencionistas do *welfare state* nas sociedades de «capitalismo tardio»³⁰ são interpretadas como fonte de legitimação das democracias parlamentares do pós-segunda guerra mundial.

As atitudes em relação à intervenção do Estado na vida económica, social e cultural foram medidas através de uma bateria de itens que foi submetida a uma análise factorial por componentes principais (com uma variância explicada de 51,2 %), que revelou a existência de duas atitudes básicas: a primeira, a aceitação (ou rejeição) do modelo do *welfare state* (segurança social, regulação da economia pelo Estado); a segunda, a aceitação (ou rejeição) de uma forma mais forte e alargada de intervenção do Estado (controlo directo da actividade produtiva, interferência na esfera familiar). As correlações bivariadas destas atitudes para com a intervenção do Estado com as atitudes para com o regime democrático encontram-se no quadro n.º 8.

Correlações bivariadas entre atitudes básicas para com a democracia e atitudes perante a intervenção do Estado

[QUADRO N.º 11]

	Apoio antifascista à democracia	Apoio anticomunista à democracia
<i>Welfare state</i>	0,22(a)	n. s.
Intervenção forte do Estado	0,10(a)	-0,11(a)

(a) = P < 0,05.

Contrariamente ao que se poderia esperar, o quadro não revela constelações linearmente polarizadas. É certo que há polarização em relação à «intervenção forte do Estado», que é tendencialmente aceite pelos «apoiantes antifascistas da democracia» e rejeitada pelos «apoiantes anticomunistas». Os valores extremamente baixos de ambas as correlações sublinham, no entanto, que, a este nível global, ambas as tendências são muito limitadas — remetendo, assim, para uma análise mais fina e diferenciada.

No que respeita ao *welfare state*, depara-se-nos uma aceitação, de certo modo esperada, por parte dos «apoiantes antifascistas». Neste caso, porém, os «apoiantes anticomunistas» não têm, globalmente, uma posição contrária (nem favorável) — o que, novamente, aponta para a existência provável de segmentos diferentes no seu seio.

Em conclusão, poderíamos dizer que os baixos valores de correlação a que se chegou, sem invalidarem a hipótese de estarmos em presença de uma dimensão diferenciadora do pensamento político, também não a evidenciam claramente. Se, em relação ao *welfare state*, as expectativas seriam de uma larga consensualidade — embora com graus de adesão bastante diferenciados —, já em relação à «intervenção forte do Estado» se esperariam resultados mais concludentes. É de prever, no entanto, que as análises das investigações complementares em curso — mais localizadas e aprofundadas — permitam esclarecer melhor esta questão.

³⁰ Veja Habermas (1973).

5. ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA, OPINIÕES POLÍTICAS E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS

Estabelecidos dois vectores constitutivos das atitudes em relação à democracia, e esboçada a sua «construção» a partir de conjuntos de variáveis às quais o modelo de análise atribui o estatuto de «independentes», o ponto 4 forneceu algumas ilustrações referentes à conexão entre as atitudes em causa e outras dimensões da cultura política, contribuindo assim para um melhor entendimento dos significados associados àquelas atitudes. Este último é também o objectivo principal do presente ponto, que se propõe ilustrar o significado e a pertinência das atitudes básicas em relação ao regime democrático, atrás identificadas, através das suas conexões com duas outras categorias de variáveis.

A primeira das categorias de variáveis incluídas nesta análise é a das avaliações globais do funcionamento do regime democrático actualmente existente no País. Seleccionaram-se para o efeito dois indicadores: um primeiro que reflecte o grau de satisfação com a *performance* do regime, nos últimos dez anos, e um segundo que expressa uma avaliação dos benefícios/prejuízos trazidos para o País por este mesmo regime. Trata-se aqui de verificar qual a conexão existente entre o *diffuse support* ao regime democrático enquanto tal e o *government support*, entendido como o apoio conferido à concretização histórica que este tipo de regime tem vindo a assumir entre nós.

A segunda categoria de variáveis cujas conexões com as atitudes básicas em relação ao regime democrático irão ser examinadas é a dos comportamentos políticos. Neste quadro seleccionaram-se duas dimensões do comportamento político que se afiguram como particularmente importantes em democracia: a intensidade da participação política e a tendência do comportamento eleitoral.

Três variáveis foram utilizadas para estabelecer a intensidade da participação política: a existência ou não de uma filiação partidária formal, a frequência/intensidade da participação em eleições e a existência/frequência de uma participação em actividades políticas não eleitorais. As duas últimas variáveis foram geradas a partir de uma pluralidade de itens.

A tendência do comportamento eleitoral foi estabelecida em termos das opções partidárias, com base no ordenamento dos partidos políticos numa escala direita-esquerda³¹. Para este fim recorreu-se a duas variáveis mutuamente complementares: o partido ou partidos em que os respondentes tinham votado nas eleições para a Assembleia da República realizadas a partir de 1975 e o partido em que votariam no caso de haver eleições para a Assembleia da República na altura do inquérito.

Do ponto de vista do modelo adoptado no presente estudo, a primeira categoria de variáveis, ou seja, a das avaliações do funcionamento da actual democracia em Portugal, é entendida como exterior à cultura política, na medida em que se reporta a atitudes mais conjunturais, e não a orientações relativamente persistentes ou a estruturas sedimentadas, organizadoras do pensamento sobre o político. Da mesma forma, a segunda categoria, a dos

³¹ A classificação dos partidos na escala direita-esquerda segue a utilizada em Barroso e Condomines (1985).

comportamentos políticos, não se inclui no âmbito cultura política, mas constitui um domínio analiticamente distinto³².

A conexão entre a cultura política e ambas as categorias de variáveis em causa reveste-se de uma certa ambiguidade. Se, por um lado, as variáveis compreendidas nestas categorias podem ser consideradas «dependentes» em relação à cultura política, há, por outro lado, boas razões para não excluir que constituam também condicionantes do pensamento mais sedimentado sobre o político. No contexto do presente estudo não se parte, contudo, de hipóteses limitativas a este respeito. A análise exploratória que se oferece visa apenas estabelecer algumas concomitâncias capazes de aprofundar o entendimento das atitudes básicas em relação ao regime democrático, atrás referidas, e de fundamentar algumas hipóteses de natureza tentativa.

Com este objectivo, procedeu-se à construção de uma matriz de correlações bivariadas entre as cinco variáveis em jogo.

Correlações bivariadas entre atitudes básicas em relação ao regime democrático, avaliações do actual regime democrático no País e comportamentos políticos

[QUADRO N.º 12]

	Apoio antifascista à democracia	Apoio anticomunista à democracia
Avaliação da actual democracia no País	0,19	0,25
Intensidade da participação política	0,19	n. s.
Tendência do comportamento eleitoral	0,27	-0,40

P < 0,001.

A análise da matriz apresentada no quadro n.º 9 permite verificar diferenças significativas entre o modo como as duas atitudes básicas em relação ao regime democrático se correlacionam com as três outras variáveis. O que mais salta à vista é a conexão, com sinais opostos, entre ambas as atitudes e o comportamento eleitoral. Em segundo lugar, nota-se a ausência de uma correlação do apoio anticomunista à democracia com a intensidade da participação política. Finalmente, merece atenção a limitada diferença entre as duas correlações, ambas positivas, e a avaliação da actual democracia em Portugal.

Análise factorial das atitudes básicas em relação ao regime democrático, da avaliação da democracia actual em Portugal e do comportamento político

[QUADRO N.º 13]

	Factor 1	Factor 2
Apoio anticomunista ao regime democrático	-0,80	-0,05
Avaliação da democracia actual em Portugal	0,68	-0,36
Tendência do comportamento eleitoral	0,67	0,53
Apoio antifascista ao regime democrático	-0,06	0,82
Intensidade da participação política	-0,16	0,55
Variância explicada	32%	27%

³² Veja as definições expostas em Heimer, Vala e Viegas (1988).

Novamente, os dados assumem um sentido mais claro desde que sujeitos a uma análise factorial por componentes principais.

Mais claramente do que o quadro n.º 9, o quadro n.º 10 evidencia que o apoio anticomunista ao regime democrático se encontra associado a uma tendência de voto «à direita» e o apoio antifascista a uma tendência de voto «à esquerda»³³. Esta associação, perfeitamente esperada a partir das hipóteses correntes, é na verdade constitutiva dos dois vectores de pensamento que a análise factorial destaca. Menos esperada é, em contrapartida, a posição das duas restantes variáveis nos mesmos vectores: enquanto o apoio anticomunista ao regime democrático como tal e o voto «à direita» surgem tendencialmente dissociados da intensidade da participação política, mas inequivocamente associados a uma avaliação positiva da democracia actual em Portugal, o apoio antifascista conjuntamente com o voto «à esquerda» vão de par com uma maior intensidade da participação política e com uma avaliação bastante menos positiva do actual regime.

Estes resultados podem ser interpretados de maneiras diversas. Uma entre estas consiste em aceitá-los como uma confirmação da importância fundamental da dimensão direita-esquerda nos países do Sul da Europa³⁴. Nesta perspectiva, podem ser considerados como ilustração de que em Portugal existem de facto — em plena conformidade com as categorizações habituais, feitas ao nível de «senso comum» — duas grandes «famílias ideológicas», que se distinguem em primeiro lugar por duas atitudes nitidamente distintas em relação ao regime democrático enquanto tal, e só em segundo lugar por tendências opostas do comportamento eleitoral. Esta leitura parece inteiramente condizente com os resultados apresentados no ponto 4 deste estudo e com resultados de pesquisas quantitativas anteriores, realizadas no quadro do mesmo projecto³⁵. No entanto, só a análise dos restantes dados do inquérito e das pesquisas qualitativas poderá vir a esclarecer com maior precisão se a dimensão direita-esquerda possui, de facto, a importância organizadora do pensamento sobre o político que o exame parcelar destes dados lhe atribui e qual o peso desta dimensão em relação e outros vectores da cultura política.

As diferenças entre as duas «famílias» na avaliação da actual democracia em Portugal aparecem como plausíveis enquanto reflexo de uma conjuntura que mais satisfaz a família «anticomunista/de direita» do que a família «antifascista/de esquerda». É muito possível que a relação entre os valores em causa (os «pesos» da variável de avaliação nos dois factores) fosse inversa num inquérito idêntico realizado nos últimos anos 70.

De interpretação menos fácil parece ser o «comportamento» da variável relativa à intensidade da participação política. A sua associação positiva com a «família antifascista/de esquerda» não causa surpresa, mas sim — pelo

³³ Na leitura do quadro n.º 10 é preciso ter em atenção o sentido substantivo dos sinais positivo (não especialmente assinalado) e negativo (assinalado), sentido este que se prende com a questão (técnica) de saber como as variáveis em jogo foram codificadas: nas duas variáveis de apoio à democracia enquanto regime, o sinal positivo significa apoio à democracia (e rejeição do respectivo regime alternativo); na avaliação da democracia actual assinala a insatisfação; na tendência do comportamento eleitoral expressa a tendência «à esquerda»; na intensidade da participação significa maior intensidade.

³⁴ Veja Barroso e Condomines (1985).

³⁵ Veja Vala e Viegas (1987).

menos à primeira vista — a inexistência de qualquer associação com a outra «família». O resultado pode, no entanto, ser entendido como reforço da hipótese, já sugerida a partir das análises dos capítulos 3 e 4, de que esta «família» compreende, no seu seio, segmentos relativamente heterogéneos, cujo pensamento e práticas acusam, para lá das confluências patentes, algumas contradições marcadas.

De qualquer modo, podem considerar-se como plenamente atingidos os objectivos de tornar mais claro o significado das duas atitudes básicas em relação ao regime democrático e de pôr em relevo o seu potencial analítico.

6. CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo são, obviamente, de natureza preliminar, tornando patente a necessidade de aprofundar a análise e interpretação dos dados de inquérito, em combinação sistemática com dados qualitativos. Contudo, eles permitem, desde já, um certo número de observações finais.

Lidos «de trás para diante», dados e análises apoiam a hipótese de que existem em Portugal dois «vectores» do pensamento social sobre a política (e outras esferas da sociedade) que de alguma maneira correspondem à tradicional divisão entre «direita» e «esquerda» — muito embora esta divisão se afigure um reflexo de padrões subjacentes, mais abrangentes e complexos.

Especificamente, destaca-se das análises, no mesmo contexto, a hipótese da existência de uma estrutura bidimensional do pensamento sobre o regime democrático.

Salienta-se ainda que as atitudes básicas em relação à democracia, identificadas no presente estudo, não derivam directamente das inserções na estrutura das práticas sociais. Em contrapartida, os resultados apresentados neste estudo dão suporte à hipótese da relevância, para a compreensão da cultura política, das estruturas de pensamento noutras domínios, nomeadamente os designados por «posições sociais subjectivas» e «cultura societal». Confirma-se que, de forma cumulativa, as variáveis incluídas nas três categorias aqui listadas nomeiam dimensões da vida social que as análises sobre cultura política não podem dispensar.

Convém enfatizar que um importante «conjunto de variáveis» que figura na abordagem global do projecto está ausente do presente estudo. Trata-se das «variáveis situacionais»³⁶ ou, por outras palavras, das trajectórias (políticas e outras) dos indivíduos e grupos. Pode supor-se que muito do que as inserções sociais «objectivas» deixaram por explicar começa a fazer sentido desde que estes aspectos sejam integrados na análise.

No nível da construção teórica, a credibilidade e a utilidade analítica do modelo adoptado parecem confirmadas. Tal conclusão pode ser tida como sublinhando a importância de um esforço para introduzir no debate sobre cultura política um certo número de contribuições que têm estado praticamente ausentes deste campo e que têm a sua origem em diferentes correntes da sociologia, da psicologia social cognitiva e da antropologia social/cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da, e MACHADO, Fernando Luís (1988), «Famílias, estudantes e universidades: painéis de observação sociográfica», *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 4, pp. 11-14.
- ALMOND, Gabriel, e VERBA, Sidney (1963), *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, Princeton University Press (em espanhol: *La cultura cívica: Estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones*, Madrid, Euroamérica, 1970).
- BARNES, Samuel, e KAASE, Max (1979), *Political Action*, Beverly Hills + Londres, Sage.
- BARROSO, José Manuel Durão (1986), «A opinião pública portuguesa no contexto da Comunidade Europeia», in *Revista de Ciência Política*, n.º 4, pp. 136-146.
- BARROSO, José Manuel Durão, e CONDOMINES, Jonas (1985), «A dimensão esquerda-direita e a competição entre partidos políticos na Europa do Sul (Portugal, Espanha e Grécia)», in *Revista de Ciência Política*, n.º 1, pp. 35-60.
- BRUNEAU, Thomas, e MACLEOD, Alex (1986), *Politics in Contemporary Portugal: Parties and the consolidation of democracy*, Boulder, Col. Lynne Rienner.
- EASTON, David (1965), *A Systems Analysis of Political Life*, Nova Iorque, Praeger.
- EISFELD, Rainer (1984), *Sozialistischer Pluralismus in Europa: Ansätze und Scheitern am Beispiel Portugals*, Colónia, Verlag Wissenschaft und Politik.
- ELKINS, David, e SIMEON, Richard (1979), «A cause in search of its effect: or What does political culture explain?», in *Comparative Politics*, vol. 11, n.º 2, pp. 127-145.
- GEERTZ, Clifford (1974), *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, Basic Books.
- GIDDENS, Anthony (1975), *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- HABERMAS, Jürgen (1973), *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*, Francoforte, Suhrkamp (em espanhol: *Problemas de Legitimación en el capitalismo tardío*, Buenos Aires, Amorrortu, s. d.).
- HARMAN, Harry H. (1970), *Modern Factor Analysis*, 3.ª ed., Chicago, University of Chicago Press.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (1985), «A 'transição para a democracia' em Portugal: dois estudos críticos em língua alemã», in *Análise Social*, n.º 21, 1986, pp. 393-402.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (1986), «A cultura política em Portugal: balanço das pesquisas em sociologia política», in *Revista de Ciência Política*, n.º 4, pp. 7-21.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (no prelo), «A cultura política da classe política: saliências e omissões», in *Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, e VIEGAS, José Manuel Leite (1987), «Towards an Interdisciplinary Approach to Political Culture», comunicação no grupo de trabalho «Politics and Culture», 15.º Encontro Anual do European Consortium for Political Research, Amesterdão, 10 a 15 de Abril.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, VALA, Jorge, e VIEGAS, José Leite (1988), «Cultura política: uma leitura interdisciplinar», comunicação apresentada à conferência sobre «Actores político-sociais e cultura política em Portugal: continuidades, rupturas e perspectivas desde 1974», Zentrum für Interdisziplinäre Forschung, Bielefeld/RFA, 28 a 30 de Outubro.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, VALA, Jorge, e VIEGAS, José M. Leite (1989), «Attitudes towards democracy in contemporary Portugal», comunicação apresentada no grupo de trabalho sobre «West European Political Cultures in Comparative Perspective», 17.º Encontro Anual do European Consortium for Political Research, Paris, 10 a 15 de Abril.
- HIRSCHMAN, Albert (1970), *Exit, Voice, and Loyalty*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- HOFSTEDE, Geert (1984), *Culture's Consequences*, Beverly Hills, Sage.
- INGLEHART, Ronald (1977), *The Silent Revolution*, Princeton; Princeton University Press.
- INKELES, Alex, e LEVINSON, D. J. (1969), «National Character: The study of modal personality and sociocultural systems», in G. Lindsey e E. Aronson (orgs.), *Handbook of Social Psychology*, Reading, Addison-Wesley.
- KLUCKHOHN, Florence R. (1965), «Orientações de valor dominantes e variações», in C. Kluckhohn et alii (orgs.), *Personalidade na Natureza, na Sociedade e na Cultura*, Belo Horizonte, Itatiaia.
- MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino da, e ALMEIDA, João Ferreira de (1989), «Identidade e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27/28, pp. 189-209.

- MAXWELL, Kenneth (org.) (1986), *Portugal in the 1980s: Dilemmas of Democratic Consolidation*, Nova Iorque, Greenwood Press.
- MCCLELLAND, David (1975), *Power: The Inner Experience*, Nova Iorque, Irvington.
- MOSCOVICI, Serge (1984), «The phenomenon of social representation», in S. Moscovici e R. Farr (orgs.), *Social Representations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-69.
- O'DONNELL, Guillermo, e SCHMITTER, Philippe (1986), *Transitions from Authoritarian Rule*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- OPELLO, Walter C. (1985), *Portugal's Political Development: A comparative approach*, Boulder, Col. Westview.
- PARSONS, Talcott, e SHILS, Edward (1951), *Toward a General Theory of Action*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- POULANTZAS, Nicos (1974), *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, Paris, Seuil.
- PRIDHAM, Geoffrey (org.) (1984), *The New Mediterranean Democracies: Regime transition in Spain, Greece, and Portugal*, Londres, Cass.
- RUNCIMAN, Walt (1966), *Relative Deprivation and Social Justice*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- SCOTT, Alan (1988), «Imputing beliefs: a controversy in the sociology of knowledge», in *Sociological Review*, vol. 36, n.º 1, pp. 31-56.
- SCHEMEIL, Yves (1985), «Les cultures politiques», in M. Grawitz e J. Leca (orgs.), *Traité de Science Politique*, vol. 3, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 237-307.
- STOCK, Maria José (1988), «A imagem dos partidos e a consolidação democrática: resultados dum inquérito», in *Análise Social*, n.º 100, pp. 151-161.
- STOUFFER, S. A., et alii (1949), *The American Soldier*, vol. 1, Princeton, Princeton University Press.
- TAJFEL, Henri (1982), *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, Lisboa, Horizonte.
- VALA-SALVADOR, Jorge (1986), «Perspectivas psico-culturais e psico-sociais no estudo das culturas políticas da sociedade portuguesa», in *Revista de Ciência Política*, n.º 4, pp. 23-35.
- VALA, Jorge, (no prelo); «Identidades sociais e representações sobre o poder: para um entendimento das culturas políticas em Portugal»; in *Revista de Ciência Política*.
- VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria Benedicta, e LIMA, Luísa (1987), «Conflitos intergrupais em contexto organizacional: estudo de um caso», in *Análise Social*, n.º 99, pp. 801-818.
- VALA, Jorge, e VIEGAS, José Manuel Leite (1987), «Political Culture in Urban Portugal: Research Findings on Value Patterns», comunicação apresentada ao grupo de trabalho sobre «Politics and Culture», 15.º Encontro Anual do European Consortium for Political Research, Amesterdão, 9 a 15 de Abril.
- VALA, Jorge, e VIEGAS, José Manuel (no prelo), «Padrões de valores sócio-políticos em meio urbano» e «A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século», in *Actas do I Congresso Português de Sociologia*, vol. II, Lisboa, Fragmentos.
- VIEGAS, José Manuel Leite (1986), «Culturas e comportamentos políticos em meios sociais de predominância rural: revisão crítica da literatura sobre Portugal», in *Revista de Ciência Política*, n.º 4, pp. 37-48.
- VIEGAS, José Manuel Leite, e REIS, Manuela (1988), «Campesinato e regime político: uma cultura política em transformação», in *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 5, pp. 79-105 [também em *Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (no prelo)].
- WIARDA, Howard (1988), *The Transition to Democracy in Spain and Portugal*, Washington, University of Peace of America.
- WRIGHT, Eric Olin (1985), *Classes*, Londres, Verso.